

Há uma cultura do risco?

Paulo Granjo

Deixem-me, antes de mais, agradecer este convite para estar aqui convosco, que me arrasta para uma nota de carácter pessoal e afectivo.¹

Quem me convidou disse que iria certamente encontrar aqui um nosso amigo comum, vosso sócio, que afinal não está. Não está pelas piores razões possíveis, porque faleceu há pouco tempo, em resultado de um acidente particularmente estúpido, sobretudo por se tratar de uma pessoa cuja saúde e capacidade intelectual pediam meças a pessoas bem mais novas.

Havia muitas e boas razões para se gostar desse meu amigo. Eu dou particular importância a duas delas. Uma é que se tratava de uma pessoa intrinsecamente bondosa. Outra é que se tratava de uma pessoa que, embora tivesse convicções fortes e muito arreigadas – e se calhar, em parte, por confiar nas convicções que tinha – estava sempre aberta a conversar sobre opiniões diferentes das suas e a tentar compreender as suas razões. Hoje, desde que aqui entrei, tenho sentido muito a sua falta. Isso faz com que vos peça licença para dedicar esta ocasião, no que ela dependa de mim, à memória do Engenheiro Blanqui Teixeira.

Passando desta nota pessoal para o tema da nossa discussão de hoje, diria que ele é, de certa forma, um tema que me foi imposto no seu título. Alguém que conhece bem o meu trabalho escolheu o título que aparece no programa – a que até poderíamos fugir, como muitas vezes os oradores fazem. Creio que não é caso para isso porque, como muitas vezes também acontece, este meio acaso até resultou bem.

Aparece então no programa: «Há uma cultura do risco?» É de facto uma boa pergunta. Vamos tentar responder-lhe.

E, à partida, suponho que cada um de nós aqui presentes terá a noção de que poderiam existir não sei quantas respostas aparentemente correctas à pergunta, baseadas em argumentações diferentes, umas dizendo que é evidente que há e outras dizendo que é evidente que não há. Isto porque esta é uma pergunta que suscita novas perguntas. É uma pergunta que tem em si, pelo menos, três coisas que teríamos que esclarecer: primeiro, o que é que é «cultura»; depois, o que é que é «risco»; por fim, qual é a importância de estar aqui a palavra «uma».

Eu iria tentar, com a rapidez possível e sem vos matar de aborrecimento, sugerir a relevância de cada um destes aspectos.

Relativamente ao que é que é cultura, suponho que, havendo visões bastante diferentes acerca disto ao longo da história de utilização da palavra, será mais ou menos consensual na minha área – as ciências sociais – que «cultura» é uma palavra que abrange uma realidade bastante mais larga do que aquela que abrangia há uns cem ou duzentos anos atrás.

Nessa altura, falar de cultura era, quase só, falar das produções artísticas e intelectuais que eram reconhecidas como “válidas” e “elevadas” pelos grupos que detinham o poder de lhes atribuir essas características. Num outro sentido, cultura era uma coisa que se “tinha”, na medida em que se estivesse familiarizado com esse tipo de produções. Aliás, mesmo quando se inventa a ideia de “cultura popular”,

Há uma cultura do risco? – Paulo Granjo

na altura do Romantismo, o princípio é o mesmo – e, para distinguir a arte “do povo” da arte feita para as elites, tem que se inventar ao mesmo tempo a ideia de “alta cultura”.

Dantes, seria assim. Hoje em dia, quando se fala de cultura em ciências sociais, fala-se basicamente de quase tudo aquilo que é adquirido socialmente pelos indivíduos. Ou seja, fala-se do conjunto de atitudes, de valorações, de comportamentos, de hábitos, de formas de fazer e, ainda antes disso, de formas de classificar, de catalogar dentro da nossa cabeça aquilo que está à nossa volta, de forma a que faça sentido. Fala-se também de emoções. Fala-se, portanto, de formas de apreender o mundo, de formas de pensar e de sentir o mundo, de formas de agir relativamente ao mundo.

Mas, para se falar de cultura, fala-se de tudo isso desde que essas coisas sejam, de alguma forma, transmitidas socialmente; desde que sejam resultado de um determinado processo de aprendizagem com as outras pessoas que, tendo diferentes relações connosco, vão fazendo de nós aquilo que somos. Ou seja, nos vão fazer sentir, agir, reagir e pensar da forma como, diríamos de uma maneira mais geral, se fazem as coisas “na nossa cultura”, se fazem as coisas “à nossa maneira”.

Uma das primeiras questões que se levantam quando pensamos desta forma é que, obviamente, cada um de nós está inserido num conjunto muito diversificado de culturas. Não há uma “cultura portuguesa”, não há sequer uma “cultura barreirense”; não há nenhuma cultura que seja igual para todas as pessoas que façam parte de um determinado grupo, nem há ninguém que mantenha a mesma cultura a toda a hora.

Ou seja, cada um de nós enfrenta na nossa vida quotidiana uma série de situações diferentes, em que não só se comporta de forma diferente e sabe que tem determinadas regras de comportamento esperadas, como pensa nas coisas, equaciona as coisas, age e sente as coisas de forma diferente. Nós temos uma série de critérios que seguimos e que formatam a nossa vida em casa, outros no emprego – e no emprego depende da situação hierárquica em que estamos e das pessoas com quem nos estamos a relacionar – outros em muitos outros contextos, de tipo diferente, em que estamos inseridos na nossa vida. Nós dominamos e usamos, afinal, diferentes culturas em diferentes contextos.

Há quem tenha encarado isto como o desempenho de papéis, quase como se se tratasse de papéis de teatro. É uma ideia muitas vezes útil, mas não me parece que seja exactamente essa a situação. Parece-me que a situação é mais a de que, dentro de um quadro que abrange uma série de regras consensuais dentro duma colectividade – sobre o que é que é o mundo, sobre qual é a forma correcta de agir e reagir perante as coisas – há depois posições e situações muito diferentes em que estamos inseridos, relações de poder e de outros tipos que vão fazer com que nos comportemos, sintamos e pensemos as coisas de forma bastante diferente. Para além disso, temos sempre alguma margem de manobra para, em cada momento, manipularmos as diferentes culturas que partilhamos – e as regras de cada uma delas – em função dos nossos interesses e objectivos.

Se isto é assim em geral, mais será talvez quando se fala de alguma coisa como o risco. Isto porquê? Porque – e é a primeira ideia que gostaria de transmitir – «risco» não é perigo, «risco» não é ameaça, «risco» não é acidente.

Em qualquer sociedade, em qualquer situação, em qualquer local em que nós estejamos, independentemente da forma como fomos criados, há coisas à nossa volta que nos ameaçam – que nos ameaçam em termos físicos ou em qualquer outra vertente da nossa vida. Mas essas coisas objectivas que

Há uma cultura do risco? – Paulo Granjo

nos ameaçam (como carros que andam depressa, como máquinas que podem explodir, como doenças), tudo aquilo que nos possa causar dano, é apreendido de uma determinada maneira e cada um de nós apreende, em contextos diferentes, as ameaças também elas de maneiras diferentes.

Ora o conceito de risco é apenas uma forma de pensar essas ameaças.

Risco não é sinónimo de perigo. Risco, que nós utilizamos por vezes como uma forma fina de dizer perigo, é um conceito muito específico que traz consigo uma série de consequências. Traz consequências na forma como nós pensamos e, a partir daí, consequências na forma como nós reagimos perante o mundo. E ao reagirmos perante o mundo, se quisermos, é um daqueles casos em que as ideias, a maneira como encaramos o mundo – seja ela correcta ou incorrecta – vai levar-nos a transformá-lo e vai, dessa forma, criar realidade.

Mas o que é que há de específico no conceito de risco? É que, como qualquer forma de lidarmos com a ameaça e com o inesperado, ele está ligado à noção de incerteza, mas está também ligado – e, atenção, o conceito de risco só existe em sociedades como a nossa – a uma outra coisa, que é a noção de probabilidade.

Tal como eu e a grande maioria das pessoas, incluindo os especialistas do risco, vocês não sabem calcular as probabilidades das coisas que vos acontecem, ou das decisões que têm para tomar. Sabemos, para aí, calcular a probabilidade de que saia uma sena num dado, ou uma combinação de números no totoloto. Mas mesmo sem sabermos fazer contas complexas sobre probabilidades, e sem precisarmos de as fazer, nós tomamos muitas vezes decisões com base na ideia de que «é pouco provável que isto aconteça, portanto vou arriscar», ou «é muito provável que eu me dê mal, é muito provável que aquela pessoa me queira enganar, portanto não vou fazer isso, vou tentar arranjar outra solução».

Mas, de facto, se nós o apropriamos dessa forma no dia a dia, a noção de risco vem exactamente daí. Vem da invenção da noção de probabilidade, que vai criar uma série de consequências porque nós vivemos numa sociedade que tem uma determinada reverência para com a ciência e que liga a ciência aos números, à capacidade de quantificar, de pôr a realidade em números. Fomos habituados a considerar que, quando isso acontece, é uma coisa objectiva e não apenas uma mera impressão.

Ora ao quantificar-se, ao dizer-se que a probabilidade de uma determinada fábrica, de uma determinada máquina rebentar e matar não sei quantas pessoas é de “tantos-por-cento” (ou, geralmente, 0,00000 “tantos-por-cento”), há uma série de efeitos que se criam com isso.

São, antes de mais nada, a ilusão de que é possível prever as coisas, de que é possível prever o imprevisível, de que é possível prever o aleatório.

É também a ilusão de que, prevendo, podemos prevenir, podemos tomar medidas e que tomando medidas não vão existir acidentes.

Traz ainda um outro efeito consigo que é a tendência para, quando pensamos e tomamos opções (como, por exemplo, de instalar uma determinada indústria ou trabalhar em certas condições), não pensarmos que um determinado acidente de grandes proporções pode acontecer e ter consequências muito graves e que, portanto, eu tenho de decidir se estou disposto ou não a aceitar essa possibilidade tendo em conta o que espero ganhar com isso, para usarmos uma outra forma de equacionar as coisas que é: há uma probabilidade “tal” – que geralmente é sempre ínfima, pela forma como se calculam as

Há uma cultura do risco? – Paulo Granjo

probabilidades – de que haja um acidente muito grave e, portanto, o risco é baixo, podemos aceitar trabalhar assim ou instalar essa indústria.

Mas, sobretudo, cria-se com isto uma ilusão de que há a possibilidade de um efectivo controlo técnico sobre o aleatório, sobre o inesperado, sobre aquilo que não se consegue efectivamente prever.

Não é por acaso que esta noção do risco surge na nossa sociedade e surge apenas no nosso tipo de sociedade. Como diz um conhecido sociólogo inglês chamado Anthony Giddens,² isto só pode surgir numa sociedade que vê o futuro como um espaço a conquistar. E essa visão de que o futuro é um espaço a conquistar – e sobretudo um espaço a controlar – é algo que surge numa situação histórica muito específica que é a forma como a ciência se cria no século XIX nas sociedades ocidentais, e a forma como a ciência vê o mundo nessa sua época, que ficou com o nome de positivismo.

Mas, para não me alongar por esse caminho que nos iria deixar aqui até amanhã e que possivelmente será desenvolvido noutra palestra, dizia eu há bocado que, obviamente, todas as sociedades têm de se confrontar com o aleatório e as nossas também. Sejam ou não cientistas – e muito poucos o são – temos de nos confrontar com a erupção da incerteza e do inesperado no nosso quotidiano. E uma coisa que, essa sim, será universal em todos os seres humanos é a necessidade de dar algum sentido ao aleatório.

Porque, vamos lá a ver: se eu estou a passear na rua e me cai em cima da cabeça um piano de cauda que estava a ser puxado para um décimo andar, isso não faz sentido nenhum. Não faz sentido nenhum que algumas pessoas pareçam ter sorte e que outras pessoas pareçam ter azar.

O aleatório, o acaso, que para nós é claro como noção, é uma ideia que não existe na maior parte das sociedades. Na maior parte das sociedades, não é aceitável o acaso, não é concebível que as coisas simplesmente aconteçam sem uma lógica por trás que as explique e lhes dê um sentido e, de preferência, lhes dê uma forma de serem controladas pelos seres humanos.

Daí resulta um leque muito vasto de formas de atribuir sentido ao acaso, ao aleatório, ao inesperado. Elas situam-se entre dois extremos possíveis:

Um deles é que não há ordem de todo, pelo menos cognoscível. Temos então a nossa noção de acaso e a nossa teoria do caos; há fenómenos em que os factores envolvidos são tantos que constituem meras coincidências sem qualquer sentido ou acabam por ser impossíveis de explicar porque os factores envolvidos são demasiados. Ou seja, assume-se a negação total de qualquer ordem cognoscível por detrás dos acontecimentos inesperados.³

No extremo oposto, essa ordem existe e está totalmente definida. Esta segunda posição corresponde à ideia de que tudo acontece por vontade divina, ou de que tudo está predestinado, ou de que tudo obedece a uma série de leis quase automáticas, mecânicas e possíveis de entender – o que é muito parecido, afinal, com a forma como muitas pessoas imaginam a ciência e como a ciência se imaginava há cem anos atrás.

Mas, entre esses dois extremos, há uma larga margem em que a humanidade, em diferentes locais e culturas, se entreteve a fazer aquilo a que eu chamo domesticar o aleatório, domesticar a incerteza – ou seja, dar-lhe um sentido, e dar-lhe um sentido que possa ser entendido em termos de causa e efeito, quando não ser objecto de intervenção por parte dos seres humanos, que o regule ou mesmo domine.

Há uma cultura do risco? – Paulo Granjo

E aí, nesse largo espaço, temos coisas como a noção de sorte e azar, que já não é bem a vontade divina, já é uma coisa que pode ter, de alguma forma, intervenção humana. Aí temos coisas como a feitiçaria, que pretende intervir sobre factores aleatórios, dando-lhes uma ordem e, mais do que isso, provocar efeitos desejados. Aí temos as superstições, ligando determinados ritos – coisas que se devem fazer ou não fazer – ao surgimento ou ao evitamento de qualquer coisa que é, na verdade, inesperada. Temos ainda, diria eu, essa forma que em termos de conceito é equivalente na nossa sociedade ao que a feitiçaria é para outras – e isto é uma provocação que lanço à assistência, como lancei há poucos dias a uma audiência de físicos e engenheiros – que é o cálculo das probabilidades e a lógica do risco.

Isto porquê? Porque há enormes evidências empíricas – ou seja, na observação da realidade, e a ciência é suposto partir da observação da realidade e legitimar-se por confronto das suas teorias com a realidade – de que o que se faz quando se faz cálculos probabilísticos, quando se tenta prever as possibilidades de acidentes industriais e tomar medidas para que eles não aconteçam, não é mais do que criar um artifício numérico que poderá ter alguma sustentação na repetição de casos mas que, até pela definição da probabilidade, não garante que à primeira vez não aconteça uma coisa que tem muito pouca probabilidade de acontecer.

Talvez mais importante, esses cálculos são feitos com base naquilo que nós conseguimos imaginar que possa vir a acontecer. E o que nós conseguimos pensar, de alguma forma prever, que possa acontecer é uma parte ínfima (e cuja dimensão não sabemos) no conjunto das várias coisas que podem acontecer.

Costumo dizer como piada que uma paragem de emergência da refinaria de Sines que, por ser muito inesperada, esteve para provocar três acidentes graves e custou várias centenas de milhares de contos de prejuízo, aconteceu porque um gato se foi aquecer no inverno à central eléctrica, fez um curto-circuito e morreu electrocutado. Com isso, mandou a electricidade abaixo, a fábrica foi abaixo e nesse processo iam acontecendo em três diferentes unidades três acidentes graves. Mais do que o facto de a probabilidade de que isso aconteça ser ínfima se alguém for fazer as contas, não ia passar pela cabeça de ninguém esta possibilidade, quanto mais medi-la.

Não passaria pela cabeça de ninguém que isso pudesse acontecer, tal como não passa pela cabeça de ninguém, por muito meticulosa e tecnicamente correcta que seja aproximação que faz as coisas, grande parte das possibilidades de acidentes. Porque quanto mais complexos são os sistemas tecnológicos, mais são os factores envolvidos e as possibilidades de interacção são quase infinitas; são quase infinitas as possibilidades de um determinado factor se combinar com outro e mais outro e mais outro e provocar um determinado resultado.

Para além do mais, nem aquilo que aconteceu antes ajuda muito a prever e prevenir aquilo que possa vir a acontecer. Os poucos estudos feitos nessa área andam todos à volta do mesmo resultado. De todas as combinações de factores que, numa determinada fábrica, se prevê possam levar a um acidente, só 20% a 25% dos casos podem ser imaginados a partir de acidentes que já tenham ocorrido. Ou seja, mesmo naquilo que conseguimos pensar que possa acontecer (e que já é apenas uma fracção do que poderá acontecer), a parte em que a experiência do que já aconteceu nos pode conduzir é muito limitada.

Mas há ainda um outro aspecto desagradável nesta visão que nos leva a crer na resolução tecnocrática dos problemas de segurança e, sobretudo, que nos leva a ler a realidade-ameaça imaginando

Há uma cultura do risco? – Paulo Granjo

que podemos controlá-la só porque lhe conseguimos pôr números. Há uma outra questão que se coloca, que é o facto de a resolução de um determinado problema técnico que poderia criar um acidente introduzir sempre novas variáveis, que por sua vez vão criar mais não sei quantas possibilidades de combinações de factores passíveis de conduzir a acidentes. Ou seja, vai criar ainda maior incerteza.

Ao fim e ao cabo, reverenciando nós habitualmente os especialistas (entre os quais de alguma forma me incluo, embora numa posição diferente daquela que é mais habitual), quando eles nos começam a mandar para a cara com números de previsões, de probabilidades, de acidentes, de valores do risco, aceitamos que nos estão a falar de uma coisa muito objectiva. Mas o facto é que nos estão em grande medida a falar apenas de uma representação da realidade, e não da realidade ela própria. Mais: estão a apresentar-nos uma abstracção muito discutível e falível acerca dessa realidade concreta que é estarmos rodeados de ameaças efectivas e incertas. Ao acreditarmos que, por lhes porem números, produzem controle sobre o aleatório e inesperado, estamos assim a criar uma ilusão perigosa.

Na nossa vida quotidiana, as coisas não se passam apenas de acordo com essa lógica. É claro que nós pensamos também dessa forma, isso está generalizado agora na nossa sociedade, todos nós já ouvimos falar e temos uma ideia do que é a probabilidade. Mas, por outro lado, se pensássemos apenas dessa forma ninguém entrava num automóvel. A probabilidade de termos um acidente mortal é altíssima.

Quero com isto dizer que também lançamos mão de toda uma outra série de formas de pensar o aleatório e a ameaça, e que é muito frequente que, quando equacionamos um problema, façamos combinações entre elas. É essa maneira como cada um de nós conjuga várias formas de pensar o aleatório e a ameaça que está, de alguma forma, sintetizada naquela quadra atribuída ao António Aleixo, embora nunca a tenha encontrado no livro dele:

«Pára-raios nas igrejas
São para mostrar aos ateus
Que os cristãos, por mais que o sejam,
Não têm confiança em Deus.»

Ou seja, a crença em que o aleatório não existe, em que tudo acontece por vontade divina, não impede que se lance mão de outros meios – neste caso tecnológicos – para nos protegermos de qualquer distracção por parte da divindade.

Da mesma forma, todos nós no quotidiano lançamos mão da lógica não probabilística, lançamos mão da lógica da cautela, em que partimos do princípio de que qualquer coisa pode acontecer a qualquer momento. E uma coisa que poderemos discutir mais à frente, se vos interessar como a mim, é de que forma esse princípio é um princípio de segurança fundamental nas indústrias perigosas – embora seja uma postura marginal em contextos industriais, porque corresponde a uma postura de que as probabilidades não são para aqui chamadas, de que não se pode prever coisíssima nenhuma, de que temos de prevenir tudo aquilo em que seja possível pensar mas, depois, pode rebentar qualquer coisa em qualquer lado, em qualquer momento e quando é mais inesperado e portanto, para além da prevenção, temos é de ter sistematicamente cuidado.

Essa postura que é essencial para a segurança industrial e provavelmente para a nossa segurança quotidiana é, no entanto, no caso das indústrias que eu estudei, uma posição marginal. É o resultado de

Há uma cultura do risco? – Paulo Granjo

um tipo específico de cultura operária, em que as pessoas aprenderam, até pela observação da realidade, a pensar no perigo e na ameaça dessa forma e não sob a forma de risco. E quando chega alguém novo, obrigam-no a pensar também dessa forma. Enquanto ele não conseguir interiorizar que é assim que se deve comportar dentro da fábrica ao lado dos colegas, para não pôr toda a gente em perigo, não o deixam mexer em nada.

Lembram-me aqui ao lado que já me alonguei um pouco e irei, então, tentar regressar à pergunta e, com base no que disse, responder-lhe de forma directa.

Há uma cultura do risco?

Se admitirmos que o risco é uma das muitas formas de apreender – na realidade à nossa volta – a ameaça e de tentar geri-la, tentar minimizá-la, tentar transformá-la numa coisa que faça algum sentido, há certamente cultura de risco.

Isso é cada vez mais afirmado nas nossas sociedades e pelas ciências sociais que, aliás, por vezes falam da «Sociedade do Risco»⁴ como se a nossa sociedade fosse mais perigosa agora do que há 100 ou 200 anos, ou do que sociedades diferentes que são nossas contemporâneas – o que em termos empíricos é uma evidente falácia. Apesar de todas as situações perigosas e de pobreza que vivemos na nossa sociedade e que para nós são inaceitáveis enquanto seres humanos, apesar até dos novos perigos criados pelas tecnologias que utilizamos, dificilmente alguma época histórica e algum contexto social foram tão seguros – *inclusive* no facto de estarmos mais seguros relativamente ao perigo de morrermos à fome ou de sermos mortos por uma pessoa que não conhecemos de lado nenhum, do que alguma vez se esteve na história, em qualquer contexto social.

Mas, independentemente dessas representações, que me parecem abusivas e até com consequências políticas muito preocupantes, há certamente cultura de risco – que será, ao fim e ao cabo, essa maneira de encarar as ameaças que nos rodeiam e de nos convenceremos de que as controlamos pelo facto de as analisarmos e quantificarmos de forma probabilística.

O «uma», aqui, é certamente uma limitação que nos faria sempre dizer que não, não há «uma cultura de risco».

Há muitíssimas culturas de risco diversificadas, sempre que a probabilidade seja equacionada e, excepto em discursos académicos abstractos, nenhuma delas é meramente probabilística. Na prática, há sempre uma mistura dessa lógica probabilística com outras visões da ameaça e do aleatório – com visões que tenham a ver quer com a admissão de que há relações de factores que são incognoscíveis, ou até que tenham a ver com coisas como a fé na intervenção divina.

Se alargarmos o espaço da pergunta, da nossa sociedade – e dos casos em que realmente nos convencemos de que, por nos mandarem com um número tecnicamente bem achado, temos algum nível de controlo sobre a ameaça, sobre a incerteza, sobre a realidade – para sítios onde predominam outras formas de gestão do aleatório, então haverá muitas outras culturas não propriamente «de risco» mas, se quisermos, «de incerteza». Muitas outras culturas em que os princípios interpretativos passam por exemplo pela magia, pela religião e por toda uma série combinações de uma coisa e outra, para lidar com a incerteza.

Há uma cultura do risco? – Paulo Granjo

Deixaria então uma questão final, a juntar àquela que antes tinha proposto para discutirmos mais à frente: Sejam «de risco» ou «de incerteza», essas culturas criam-nos efectivamente segurança e – sobretudo – dominam o aleatório, a ameaça?

A mim, parece-me óbvio que não. Não é através da vontade divina que dominamos a ameaça, tal como não é através da feitiçaria, mas também não é através de contas muito bem feitas acerca de probabilidades.

Não é, tão pouco, estando contra a ciência. Como também dizia, com razão, o Anthony Giddens, sem a ciência não teríamos sequer consciência de muitos dos perigos que nos ameaçam.

Mas é também verdade que, para além de o nosso conhecimento ter lacunas e ir sempre tê-las (até na nossa capacidade de imaginar o que possa vir a acontecer), há e haverá sempre uma série de factores aleatórios incomensuráveis, muitas vezes criados pela resolução de problemas anteriores, e o seu número será tanto maior quanto mais complexa for a realidade para que estivermos a olhar – como, para dar o exemplo que mais estudo, numa indústria perigosa.

Lembro-me, por isso, de uma frase que uma vez ouvi a um sociólogo francês que muito estimo, Denis Duclos: «Os técnicos de risco não dominam aquilo que nos ameaça; mas dominam a nossa sensação de estarmos ameaçados.»

Reduzir a nossa segurança às manipulações técnicas dos magos das probabilidades parece-me, assim, um logro muito perigoso.

Paulo Granjo

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Lisboa

Notas

- 1 Documentando este livro um ciclo de palestras proferidas na Cooperativa Cultural Popular Barreirense, considerei que o texto deveria reproduzir de forma tão próxima quanto possível a dinâmica oral da minha apresentação, em 15 de Outubro de 2004. Por isso, poucas alterações foram feitas à transcrição áudio, e apenas com o objectivo de complementar alguns pontos que pudessem ficar insuficientemente claros, dadas as limitações de tempo então existentes e a ausência de linguagem corporal a acompanhar esta versão escrita.
- 2 Giddens, Anthony, *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença, 2000.
- 3 Muito perto deste ponto extremo, existe a interessante noção de “aleatoriedade determinística”, inspirada em fórmulas matemáticas que produzem sucessões de resultados sem qualquer padrão aparente ou previsível. No entanto, embora constitua uma óptima metáfora para algumas formas socialmente localizadas de interpretar a incerteza, a sua aplicação à análise da realidade não é particularmente diferente da teoria do caos, dado que, não sendo conhecida a eventual “fórmula” dos acontecimentos aleatórios que se pretendam analisar, o resultado a que ambas podem chegar é semelhante.
- 4 Expressão lançada na obra de Ulrich Beck *Risk Society: Towards a New Modernity*, London, Sage, 1992.

